



## CONHECIMENTOS GEOGRÁFICOS DAS COLEÇÕES DIDÁTICAS INTERDISCIPLINARES DO GUIA DO LIVRO DIDÁTICO 2019

**Luan do Carmo da Silva**

luan.silva@ifb.edu.br<sup>1</sup>

**Daniel Garcias Gonçalves**

daniel\_geogoias@hotmail.com<sup>2</sup>

### Resumo

*Este trabalho tem por objetivo analisar os conhecimentos geográficos presentes nas coleções didáticas interdisciplinares aprovadas no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) 2019 voltadas para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Trata-se de um trabalho de análise documental, no qual são objeto de estudo o Guia do Livro Didático, disponibilizado aos professores, e o Edital de inscrição das obras que deu corpo a este Guia. Entende-se que o formato escolhido pela equipe avaliadora das coleções e organizadora do Guia do Livro Didático não permite a identificação dos conhecimentos geográficos que cada coleção aborda. A descrição do sumário dos livros que compõem a coleção se mostra insatisfatória para o exercício proposto. Dessa maneira, defende-se que as próximas edições do Guia privilegiem o conteúdo das coleções frente à forma.*

**Palavras-chave:** Coleções interdisciplinares; Livros didáticos; PNLD

### Introdução

O conhecimento humano é meio e condição para a evolução da humanidade e para nos tornarmos cada vez mais humanos (no sentido social do termo). A aprendizagem escolar colabora com o pressuposto apresentado a partir da disseminação de conhecimentos junto aos novos sujeitos sociais que ano a ano são inseridos no processo sócio-histórico apresentado. A escola é responsável, entre outros aspectos, pelo trabalho cotidiano com conhecimentos cientificamente comprovados, historicamente acumulados e socialmente sistematizados.

---

<sup>1</sup> Graduado (2012) e mestre (2014) em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB/Campus Riacho Fundo. O trabalho proposto é fruto de pesquisas que os autores têm desenvolvido ao longo da trajetória acadêmico-profissional. O primeiro autor trabalhou pesquisou as potencialidades da aprendizagem geográfica a partir dos livros didáticos na graduação e mestrado.

<sup>2</sup> Graduado (2012) em Geografia pela Universidade Federal de Goiás, mestrando em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB). Docente da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal (SEEDF). Desenvolve pesquisa de mestrado analisando o potencial formativo da leitura e escrita no ensino de Geografia.

O conhecimento geográfico é inerente ao ser humano, devido a constante necessidade de compreender as espacialidades que lhe rodeiam e que colaboram com a sua história. No entanto, a Geografia enquanto um saber sistematizado só passou a existir na medida em que os seres humanos sentiram a necessidade de registrar as observações espaciais e os elementos constituintes das diferentes espacialidades em suas interações e contradições.

Com o objetivo de favorecer a compreensão das espacialidades das coisas, dos fenômenos e situações (CAVALCANTI, 2002), é que a Geografia se mantém na escola na atualidade. Dado a vastidão dos conteúdos e temas ligados à Geografia trabalhados nos diferentes anos escolares, os livros didáticos se mostram enquanto balizadores dos currículos postos em prática nas salas de aula. É inegável o papel desempenhado pelo livro didático na formatação das práticas e aprendizagens escolares.

É nesse sentido que analisar as concepções de Geografia e os conhecimentos geográficos apresentados pelos livros didáticos em prol da construção do conhecimento se torna relevante. Este texto é produto de pesquisa documental que utilizou o Guia do Livro Didático 2019 (BRASIL, 2018a) como fonte primeira de obtenção de dados para possibilitar o entendimento apresentado pelas coleções didáticas interdisciplinares de (Ciências,) História e Geografia aprovadas na avaliação pedagógica do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) acerca do componente curricular Geografia previamente definido pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC).

O texto está dividido em duas partes que dialogam entre si. No primeiro tópico discutem-se os princípios da avaliação pedagógica das coleções didáticas e o modo como esta foi modificada ao longo do tempo até a composição do atual Guia. Por último, busca-se analisar as resenhas das coleções aprovadas a fim de verificar quais conhecimentos geográficos são estabelecidos como essenciais em cada coleção.

### **A avaliação pedagógica das coleções**

A partir de uma lógica de melhoria da qualidade dos serviços educacionais prestados pelo Estado com baixo custo para os cofres públicos, os livros didáticos brasileiros passaram a ser avaliados por uma equipe previamente definida pelo Ministério da Educação (MEC) antes de chegar às salas de aula (BRITTO, 2011; SILVA, 2017). A ideia central era diminuir os erros



e problemas teórico-metodológicos apresentados por esses livros e favorecer a formação continuada dos professores em serviço a partir de um material que o Estado já comercializava e que é de fácil aceitação pela comunidade escolar (HESPANHOL, 2006).

Dessa maneira, se resolveria duas demandas de grande peso no campo da educação no país, a incipiente formação de professores, facilitada por textos e sugestões metodológicas trazidas pelos manuais e a redução dos erros aos quais os alunos tomariam como verdades ao terem contato com estes via livros escolares. Trabalhos como de Freitag, Costa e Motta (1997) e Britto (2011) apresentam panorama histórico do PNLD, com suas alterações mais significativas e os ajustes demandados pela comunidade escolar e de pesquisadores do campo da Educação frente ao processo de análise e avaliação dos livros e coleções didáticas. Para este texto, cujo foco é a avaliação que originou o Guia do Livro Didático de 2019, foram considerados apenas elementos da avaliação que tenham impactado diretamente o Guia mencionado.

A função do Guia do Livro Didático, é antes de qualquer outra prerrogativa, fornecer um conjunto relevante de informações didático-pedagógicas acerca de cada coleção aprovada de modo que o professor não precise refazer um serviço que já foi realizado por uma equipe convocada pelo MEC para esta função. Desse modo, a carga de trabalho do professor tende a não ser pressionada para uma demanda previamente executada por outros atores sociais, uma vez que, ao invés de analisar cada um dos livros de cada coleção que teve acesso, com o Guia, a análise poderá ser feita para todas as coleções aprovadas (independentemente desta ter ou não chegado à escola) e apenas frente às demandas que anteriormente foram tomadas como essenciais de serem verificadas e formalizadas nas resenhas.

O Guia do Livro Didático 2016 trouxe alterações significativas na proposta até então executada pelo PNLD para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Se até aquela data eram inscritos livros disciplinares e regionais (voltados especialmente para os estados da federação, ligados às áreas de Geografia e História), o Edital base do PNLD 2016 possibilitou, entre outras inovações, a inscrição de obras interdisciplinares para as áreas de Ciências Humanas e da Natureza, as quais, já naquele contexto se mostravam enquanto uma

contribuição importante para o processo de formação dos estudantes, porque abordam de forma integrada conteúdos, conceitos, relações, procedimentos e habilidades, atinentes aos componentes curriculares de Ciências, Geografia e

História, possibilitando o desenvolvimento cultural dos alunos e seu processo de compreensão das linguagens das ciências, seus conceitos e suas práticas sociais. (BRASIL, 2015, s/p)

Dessa maneira docentes e discentes puderam contar com um único material que conseguia contemplar conteúdos e temáticas de diversas áreas do currículo escolar, não de maneira sobreposta, mas alinhadas a atender determinados objetivos gerais do contexto escolar. No Edital base para a construção do Guia PNLD 2019 aponta-se que as obras interdisciplinares

a. devem apresentar relações entre dois ou mais componentes curriculares; b. não devem meramente justapor obras ou componentes curriculares; c. devem trabalhar com temas, fenômenos, conceitos ou projetos que mobilizem diferentes componentes curriculares; d. não devem diluir, nem eliminar os objetos de conhecimento e habilidades dos componentes curriculares em questão; e. devem garantir a organicidade da integração proposta de forma a contribuir para o alcance das competências [da BNCC] (MEC, 2017, p. 37)

Desse modo, é possível constatar que os critérios anteriormente definidos para as coleções interdisciplinares foram aperfeiçoados e outros pontos foram inseridos no bojo da avaliação pedagógica. A inserção dos atributos da BNCC constitui uma alteração significativa no processo de avaliação de livros didáticos no Brasil. Este documento, por sua vez,

define o conjunto orgânico e progressivo de **aprendizagens essenciais** que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2018b, p. 7. Destaque no original).

Ao se considerar a BNCC como uma referência no processo avaliativo das coleções didáticas, a centralidade deste documento na definição das organizações curriculares das diferentes redes de ensino e o tamanho da receita proporcionada pelo Estado brasileiro às empresas do ramo editorial ao longo dos anos, é possível inferir que as coleções didáticas inscritas no processo avaliativo atendem cada vez mais a um padrão específico de conhecimento e apresentação deste. Como um dos elementos de sustentação desta afirmação, pode-se utilizar como exemplo os critérios avaliativos da Ficha de Avaliação das coleções interdisciplinares. Conforme consta no documento (BRASIL, 2018a), cada habilidade e competência estipulada pela BNCC deve aparecer especificamente no livro destinado a um determinado ano escolar,



isso porque a ideia de progressão das aprendizagens estabelece definitivamente os conhecimentos aos quais os alunos deverão ter contato ao longo de toda a Educação Básica.

Com essa reorganização nos currículos e com a determinação de que os livros precisam cumprir os apontamentos da BNCC, constata-se que os livros didáticos ampliarão a sua aproximação com as composições curriculares das diferentes redes de ensino. De acordo com Valladares *et al.* (2016), a relação dos livros com a BNCC se deu desde o processo de construção do documento, uma vez que as proposições trazidas pelos editais do PNLD constituíram uma das referências para a produção dos eixos e objetivos de aprendizagem. Verifica-se, com isso, que ocorre um processo inverso ao esperado. Ainda que o programa mencionado tenha se consolidado ao longo das décadas no âmbito da avaliação pedagógica das coleções didáticas, utilizar seus pontos e critérios para pensar o encaminhamento de um componente curricular denota, em última instância, a fragilidade teórica do documento. O processo de escolha dos livros didáticos pelos professores sempre teve como pressuposto a adequação da coleção à realidade socioespacial da qual o aluno faz parte e não a cristalização do currículo frente a uma realidade ideal trazida pelas coleções didáticas.

A maneira acelerada como a BNCC foi introduzida na formatação das coleções didáticas é digna de atenção por parte de quem estuda as políticas educacionais. Todo o processo de elaboração do documento foi aligeirado (VALLADARES *et al.*, 2016) e a sua chegada em sala de aula via livros didáticos servirá, em primeiro lugar para respaldar a sua construção, assim como é uma forma barata e “eficiente” do professor tomar conhecimento do documento, uma vez que todos os livros aprovados passaram pelo “crivo” da avaliação pedagógica do MEC, na qual se cobrava os critérios de aprendizagem definidos por aquele material.

Ao fazer a introdução das resenhas das coleções aprovadas, o Guia aponta ao professor que “o livro didático é um artefato importante de mediação e apoio ao seu fazer pedagógico, por isso, sua escolha deve ser feita com bastante cautela e certeza” (BRASIL, 2018, p. 3). Verifica-se que ao dar protagonismo ao livro didático no processo de mediação do conhecimento, o Guia destina ao professor uma função acessória no contexto do ensino-aprendizagem, para D’Ávila (2008), o movimento deve ser o inverso – o professor é quem medeia a aprendizagem, ao livro didático utilizado cabe apenas a função de possibilitar o acesso a um determinado rol de informações e conceitos em relação aos quais o professor pode ou não

trabalhar em busca da construção do conhecimento. É com base nessas informações que o tópico a seguir visa apresentar as informações trazidas nas resenhas das coleções aprovadas a fim de constatar a presença dos conhecimentos geográficos que compõem os livros destas coleções.

### **A Geografia nas/das coleções interdisciplinares**

Tanto as coleções disciplinares quanto as interdisciplinares precisam “ter como eixo central o desenvolvimento das competências gerais, das competências específicas de área e das competências específicas do componente curricular. Tais competências deverão ser desenvolvidas por meio dos objetos de conhecimento e habilidades” (MEC, 2017, p. 36). Sendo que a diferenciação destas coleções é a maneira como apresentam as temáticas, de modo a favorecer a aprendizagem e aquisição das habilidades e competências de forma mais ou menos articulada com outros componentes curriculares. Nesse sentido, a avaliação 2019 do PNLD recebeu a inscrição de treze coleções de caráter interdisciplinar (BRASIL, 2018a), sendo nove aprovadas, das quais três integram somente Geografia e História e as demais buscam a inter-relação destas com o componente curricular Ciências.

O Guia assinala que as coleções buscam a formação humana e “o desenvolvimento integral das crianças em suas condições de alunos e alunas, reconhecendo os diferentes momentos pelos quais todos nós passamos em nosso desenvolvimento e nas relações que estabelecemos” (BRASIL, 2018a, p. 25), porém as resenhas não apontam para estas questões diretamente. Ao professor que tem a função de escolher uma coleção que colabore com a formação dos alunos, destaca-se o desafio de reconhecer tais encaminhamentos a partir de informações que prezam pela descrição dos conteúdos e reconhecimento de pontos contemplados pelas coleções que o próprio edital estabelece como critério de eliminação. Para exemplificar a afirmação apresentada, nota-se que todas as resenhas do Guia de coleções interdisciplinares ressaltam o formato em “U” do Manual do Professor,

com as páginas equivalentes às do Livro do Estudante de cada ano no centro da página, registrando, ao redor, orientações que complementam os conteúdos: objetivos da unidade; orientações; temas em estudo; olhar interdisciplinar; desenvolvendo habilidades; propostas de atividades; gabarito; avaliação de aprendizagem. (BRASIL, 2018a, p. 96)



A ficha de avaliação das obras inscritas no Edital estabelece como critério eliminatório básico o não atendimento à garantia da progressão das aprendizagens. Dessa maneira, se em um determinado contexto da avaliação pedagógica das coleções os autores de livros didáticos consideravam a proposta estabelecida pelo Edital restringia o processo autoral (VESENTINI, 2012), nesse contexto, a organização das coleções e apresentação dos conteúdos se mostra mais estanque e limitada. Ao se consultar as resenhas das coleções interdisciplinares aprovadas verifica-se que a progressão das aprendizagens estabelecida pela BNCC fomenta o retorno ao debate dos círculos concêntricos na área da Geografia. Se pesquisas como a de Straforini (2004) e Silva (2014) apontam a necessidade e maneiras de superar o ensino de Geografia nos primeiros anos da lógica micro–macro, com a efetivação da BNCC e a obrigatoriedade dos autores em fazerem uso de seus pressupostos na elaboração das coleções, retorna o debate e o solidifica em sala de aula. Constata-se estes aspectos na descrição dos sumários das coleções interdisciplinares aprovadas, o aluno inicialmente tem contato com espacialidades imediatamente próximas (escola, casa, rua, bairro etc.) e ao longo dos Anos Iniciais aprende sobre o município, estado, regiões e país. Este formato de organização das aprendizagens é estabelecido pelas unidades temáticas dos componentes curriculares definidos para comporem as obras interdisciplinares, de acordo com o Guia

As unidades temáticas que fazem parte dos componentes de Ciências, História e Geografia (Matéria e Energia; Vida e Evolução; Terra e Universo; Mundo pessoal: meu lugar no mundo; Mundo pessoal: eu, meu grupo social e meu tempo; A comunidade e seus registros; As formas de registrar as experiências da comunidade; O trabalho e a sustentabilidade da comunidade; As pessoas e os grupos que compõem a cidade e o município; O lugar em que se vive; A noção de espaço público e privado; Transformações e permanências nas trajetórias dos grupos humanos; Circulação de pessoas, produtos e culturas; As questões históricas relativas às migrações; Povos e culturas: meu lugar no mundo e meu grupo social; Registros da história: linguagens e culturas; O sujeito e seu lugar no mundo; Conexões e escalas; Mundo do trabalho; Formas de representação e pensamento Espacial; Natureza, ambientes e qualidade de vida) constam nos diversos livros, bem como os objetos de conhecimentos e as habilidades. (BRASIL, 2018a, p. 28-9)

As resenhas apresentam poucas informações sobre os materiais que compõem o chamado “Material Digital do Professor”. Este material “apresenta sequências didáticas, projetos integradores, sugestões de avaliações, entre outros materiais. Introduce considerações e orientações didáticas sobre avaliação e educação inclusiva em sala de aula” (BRASIL, 2018a,

p. 113), mas não se especifica a natureza e o eixo de trabalho dos projetos integradores e tampouco das sequências didáticas. Com isso, o professor que optar por alguma coleção apresentada no Guia, apenas terá conhecimento dos itens constituintes do Material Digital quando da disponibilidade deste nas escolas. Entende-se que esta omissão do Guia frente a estas informações dificulta o processo de análise comparativa dos professores em relação às coleções resenhadas, diminuindo assim a importância do Guia no processo de decisão de escolha da coleção mais próxima da realidade da comunidade escolar da qual o professor faz parte.

Quando consultadas as partes do Guia que tratam do Livro do Estudante e das opções teórico-metodológicas dos autores, verifica-se que os conhecimentos específicos das áreas que compõem as coleções interdisciplinares pouco são postos em discussão. Ainda que as coleções tenham natureza interdisciplinar, entende-se que a interdisciplinaridade é realizada por/a partir dos eixos estruturadores de cada componente curricular. Ao não evidenciar estes aspectos, o Guia inviabiliza o entendimento geral que cada coleção traz acerca dos componentes curriculares com os quais trabalha. O que se encontra mais próximo a esta demanda é a descrição do sumário dos livros do estudante, este fato por sua vez, não favorece a reflexão do professor frente às especificidades de cada componente com o qual pretende trabalhar ao adotar determinada coleção interdisciplinar e com isso dificulta o processo de escolha das coleções.

Quanto às informações acerca dos conceitos geográficos chave, estas aparecem de maneira acessória nas resenhas, o que não permite ao professor compreender o encaminhamento de trabalho dado pelo autor da coleção a esses conceitos. Quando apresenta a visão geral da coleção *Akpalô – História e Geografia*, o Guia ressalta que o material “trabalha, principalmente, os conceitos de [...] lugar e paisagem, que aparecem em muitos momentos associados para pensar a transformação do espaço no tempo” (BRASIL, 2018a, p. 94). No caso da coleção *AR – Aprender e relacionar: História e Geografia*, o Guia assinala que “a abordagem dos conteúdos curriculares está vinculada à discussão das categorias de análise geográfica: espaço geográfico, paisagem, lugar, região e território” (BRASIL, 2018a, p. 117), sem por sua vez possibilitar a compreensão ao professor do formato de trabalho com esses conceitos ao longo da coleção.



A maneira como o Guia das coleções interdisciplinares está construído não permite ao professor identificar as concepções teórico-metodológicas nas quais os autores estão assentados. Dessa maneira a leitura do material se torna quase que irrelevante frente ao reconhecimento de cada coleção e dos livros que as compõem. O que se entende ser um trabalho exaustivo e problemático na escolha dos livros. Silva (2017, p. 1882) aponta as limitações do formato de escolha das coleções didáticas nos moldes apresentados, de acordo com o autor para que o processo de escolha ocorresse com base nesse formato seria necessário que o professor tenha “à mão o máximo de coleções possíveis para compará-las e então definir qual a mais adequada ao seu trabalho. Premissa esta que se torna inviável, visto que nem todas as coleções chegam às escolas, e pouco cômoda, uma vez que cada coleção é composta por” dez livros didáticos (cinco do professor e cinco do estudante) e mais cinco Materiais Digitais do Professor.

### **Considerações Finais**

O campo educacional, assim como o social e o político, no Brasil tem passado por profundas alterações em um intervalo de tempo consideravelmente curto. Tais mudanças fazem parte de um pacote de ajustes e reorientações que são impostas à população com pouco debate e diálogo. Das modificações em tela, destaca-se a criação e implementação da BNCC que visa, entre outros fatores, homogeneizar conteúdos e objetivos de aprendizagem em todas as escolas de um país de dimensões continentais e contradições socioespaciais históricas.

À luz das orientações estabelecidas pela BNCC, o Programa Nacional do Livro Didático, por meio do Edital que dá base para a composição das coleções didáticas, também sofreu alterações para possibilitar a adequação do material didático que chega à sala de aula ao que foi estabelecido como objetos, habilidades e competências de ensino-aprendizagem. Nessa perspectiva, a possibilidade de inscrição das coleções interdisciplinares referentes aos componentes curriculares Geografia, História e Ciências figurou com uma das inovações do PNLD.

A partir dessa possibilidade e dos pressupostos de estruturação do componente curricular Geografia, estabelecidos com base na importância de desenvolvimento do raciocínio espacial, é que este trabalho está fundamentado. Foi possível verificar que as coleções didáticas interdisciplinares apresentam-se como possibilidade de construção do conhecimento de maneira mais integrada e contextualizada, porém a elaboração das resenhas dificulta o

entendimento das especificidades de cada área e as opções teórico-metodológicas dos autores. As informações contidas no Guia são genéricas e dialogam com critérios mais gerais do Edital, deixando de lado o debate acerca dos pressupostos basilares de construção da interdisciplinaridade – os fundamentos de cada componente curricular integrante das coleções.

Esses pontos precisam ser aperfeiçoados no processo de avaliação pedagógica das coleções de modo a não tornar o Guia um documento sem relevância no processo de escolha da coleção didática por parte do professor. Outros pontos também precisam ser melhorados nestas coleções, em especial no que tange aos espaços de vivência e sociabilidade dos estudantes, por vezes verifica-se que as coleções trazem uma proposta de construção textual genérica e ampla, o que limita a compreensão e o efetivo diálogo entre os conteúdos escolares e a realidade socioespacial imediata do aluno. Pelo exposto, é possível afirmar que as coleções didáticas interdisciplinares para os Anos Iniciais, ainda que avancem em certos pontos, reproduzem aspectos historicamente criticados por quem estuda os materiais didáticos, essas limitações, no entanto, podem ser sanadas por um professor bem formado e que consiga verificar e criticar as limitações do material didático disponível para o seu grupo de alunos.

## Referências

Brasil. Ministério da Educação. **PNLD 2016: Guia Digital** / Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica – SEB. Brasília, DF: 2015.

Brasil. Ministério da Educação. **PNLD 2019: Guia Digital – obras interdisciplinares** / Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica – SEB. Brasília, DF: 2018a.

Brasil. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018b.

Britto, T. F. O livro didático, o mercado editorial e os sistemas de ensino apostilados. In: **Textos para discussão**, 92. Centro de Estudos da Consultoria do Senado. Brasília, 2011.

Cavalcanti, L. S. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002.

D'Ávila, C. **Decifra-me ou te devorarei: o que pode o professor frente ao livro didático?** Salvador: EDUNEB; EDUFBA, 2008.

Freitag, B.; Costa, W. F.; Motta, V. R. **O livro didático em questão**. Coleção Biblioteca da Educação, série 8. Atualidades em Educação, v. 3. São Paulo: Cortez, 1997.



Hespanhol, A. N. A avaliação oficial de livros didáticos de Geografia no Brasil: o PNLD 2005 (5º a 8º séries). In: Sposito, M. E. B. (Org.). **Livros didáticos de História e Geografia: avaliação e pesquisa**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2006.

MEC. Ministério da Educação. **Edital de Convocação 01/2017– CGPLI**. Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD 2019. Brasília: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2017.

Silva, L. C. **O conceito de lugar no livro didático e o processo de ensino-aprendizagem**. Dissertação [manuscrito]. UFG, IESA. Goiânia, 2014. 144 f.

Silva, L.C. Análise do perfil de coleções aprovadas no PNLD 2017: a(s) Geografia(s) dos livros didáticos. In: **Anais do XIII ENPEG**. Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia: conhecimentos da Geografia: percursos de formação docente e práticas na educação básica (13. : 2017 : Belo Horizonte, MG).

Straforini, R. **Ensinar Geografia: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais**. São Paulo: Annablume, 2004.

Valladares, M. T. R; et al. Contexto da construção da primeira e segunda versões da Base Nacional Comum Curricular no componente curricular de Geografia. In: **Giramundo**. v. 3, n. 6, 2016.

Vesentini, J. W. Educação e ensino de Geografia: instrumentos de dominação e/ou de libertação. In: CARLOS, A. F. A. (org.). **A Geografia na sala de aula**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2012.